



REFLEX(AÇ)ÃO SOBRE A EVASÃO ESCOLAR: UM ESTUDO DE CASO NA EEMTI –WILSON GONÇALVES, CRATO –CE

Ednalva da Silva Santos ¹
Reijeane Pereira Romão ²
Vanda Lúcia Roseno Batista ³

RESUMO

A evasão escolar é um problema educacional que se refere ao abandono do período letivo antes da conclusão sem justificativa e sem retorno as atividades no ano seguinte, presente em todos os níveis de ensino, no entanto é intensificado na fase final da educação básica: o ensino médio. Diante da importância deste fenômeno para as metas educacionais, o governo do estado traça estratégias em busca de diminuir e controlar as taxas de evasão, a implementação do ensino médio em tempo integral. Este trabalho objetiva realizar uma análise quantitativa em busca de comprovar se essa estratégia é eficaz na minimização das taxas de evasão escolar, bem como analisar o rendimento dos matriculados no período estudado. Constatou-se que a maior taxa de evasão e reprovação ocorreram no período anterior a implantação da nova modalidade de ensino; evidenciando constância no rendimento, nas taxas de aprovações e reprovações nesse período. Nesse sentido, observa que a estratégia do governo contribuiu para desenvolvimento e melhoria da aprendizagem, cenário esse que retrata a adaptação dos estudantes ao ensino de tempo integral.

Palavras-chave: Evasão escolar, Matrículas, Aprovação, Reprovação, Escola em Tempo Integral.

INTRODUÇÃO

A educação se tornou universal através das atribuições de políticas públicas, passando a ser compreendida um direito humano assegurado como dever do estado diante das atribuições dispostas na Constituição Federal e nas Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1988; 1996). A área educacional é um leque de

¹ Graduanda do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Regional do Cariri - URCA, santosednalva984@gmail.com ou ednalva.santos@urca.br;

² Graduanda do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Regional do Cariri - URCA reijeane.romao@urca.br;

³ Professora Orientadora, Doutora em Geografia pela UNESP- Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, vandatist@hotmail.com;



possibilidades de estudos e análises, pois verifica-se nela muitas questões em aberto e problemas, que podem comprometer os resultados da educação para o desenvolvimento da sociedade.

Entre esses problemas, está a evasão escolar que se constitui na saída do aluno durante o período letivo sem o devido informe, especificações de causas e/ou retornos para o ambiente escolar. E dessa forma, a comunidade escolar, desconhece as causas dessa evasão. Como medida para controle do índice de evasão, o governo do estado do Ceará implementa um plano que consiste na criação e transformação de escolas de ensino médio regular em Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Diante da mudança, percebeu-se a necessidade de investigar se esse novo modelo de educação contribui para minimizar a evasão escolar. O presente trabalho tem como objetivo analisar o índice de evasão escolar de alunos regularmente matriculados na Escola de Ensino Médio em Tempo Integral Wilson Gonçalves no município do Crato-CE, no período de cinco anos entre 2015 e 2019; como também fazer uma análise comparativa acerca das taxas percentuais de rendimento antes da instalação do ensino médio em tempo integral e no período posterior a ela.

Para a realização deste trabalho, foi utilizado o método quantitativo, a partir da análise de documentos no banco de dados do Sistema Integrado de Gestão Escolar (SIGE) (RAMOS, 2013; PEREIRA et al. 2018). Os dados foram analisados e discutidos nos resultados.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para investigar a problemática educacional em sua complexidade, se faz necessário apropriar-se de conceitos complexos que possibilita uma visão mais ampla dos aspectos que interferem tanto na questão educacional como social. Nesse sentido, o Artigo 205, da Constituição Federal do Brasil está disposto que: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).



A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB – 9.394/96), define que a educação pública brasileira compreende a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, abrangendo a faixa etária entre 4 e 17 anos de acordo com a Emenda Constitucional nº. 59, de 11/11/2009. A LDB informa também que a etapa final da educação básica, o Ensino Médio, deve ter duração de três anos. E define que esta modalidade tem como objetivo a consolidação dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, buscando o aprimoramento humano, autonomia intelectual e formação do pensamento crítico, preparando o educando para o mercado de trabalho e para a cidadania.

No entanto, fornecer acesso à educação não é condição suficiente para que a escola seja frequentada por potenciais alunos. Nota-se que mesmo com essas medidas de universalização do acesso à educação, a evasão escolar ainda é um dos grandes gargalos da educação no Brasil (FAVACHO et al. 2020), e ainda que esse problema exista no ensino fundamental, é no ensino médio que ele adquire contornos mais contundente, chega a ser alarmante o número de evadidos nesse nível de ensino (SHIRASU E ARRAES, 2016; SILVA, 2016).

Muitas vezes esse fenômeno é confundido com abandono ou tratado como se ambos os conceitos possuíssem o mesmo significado. Diante da interpretação, muitas formas não permitem definir de maneira exata os termos evasão e abandono escolar. De acordo com Silva Filho e Araújo (2017), essa diversidade de conceitos acaba por atrapalhar a quantificação dos casos de maneira precisa além de dificultar os processos de estudos das causas que levam a este problema.

Entende-se que a evasão ocorre quando aluno deixa a escola em razão de outra atividade, saindo do sistema escolar. O abandono é entendido como desligamento temporário, ou seja, o aluno retorna à escola no ano seguinte (SILVA FILHO & ARAÚJO, 2017).

A evasão escolar tem sido uma problemática de constante discussão entre os profissionais que trabalham com educação, isso porque o custo de se manter um aluno na escola e este não terminar os estudos é muito alto. Assim, é antieconômico para o governo ter um custo com o aluno e posteriormente ele vir a reprovar e evadir (CASTELAR et al., 2012; COSTA & MENEZES, 1995). Dessa forma, este fenômeno, preocupa a escola e seus representantes, ao perceberem baixa motivação dos alunos para estudar e/ou dificuldades frequentes de aprendizagem (CABRAL, 2016).



É fundamental, portanto, que os fatores que influenciam na incidência e na manutenção de tais problemas em ambiente escolar sejam diagnosticados e tratados para que cada vez mais jovens concluam a educação básica. (AURIGLIETTI & SCHMIDLINLÖHR, 2014). De acordo com Monteiro e Arruda (2011), na literatura sobre a temática, podem ser encontradas diversas causas que levam a evasão escolar, que podem estar relacionadas a aspectos socioeconômicos, causas relativas ao professor, ao aluno, às práticas pedagógicas e institucionais.

Castelar et al. (2012) define que as causas relacionadas aos aspectos socioeconômico podem estar ligadas a três fatores:

- (i) pobreza, pois muitas vezes as crianças e adolescentes precisam complementar a renda familiar e deixam a escola; (ii) pelo fator cultural, devido aos pais não serem alfabetizados, existe uma falta de estímulo dentro de casa; (iii) doenças, pois famílias pobres não possuem acesso a saneamento básico e outras infra-estruturas, levando-as a ter saúde precária e, conseqüentemente, abandonarem a escola (CASTELAR et al., 2012).

Soares et al. (2015), traça em seu estudo um perfil geral dos jovens mais propensos a cometer evasão escolar: “os de menores condições econômicas, os do sexo masculino, os que apresentam histórico prévio de reprovação, abandono e baixo desempenho acadêmico, os que apresentam desinteresse e falta de motivação e participação nas atividades escolares, e os que apresentam situações especiais, como a gravidez precoce.”

A fim de contribuir para a permanência dos alunos, as escolas e os professores têm o dever de se adaptar para atender as necessidades de cada aluno e tentar inseri-lo no ambiente escolar de modo a conseguir seu estímulo e desenvolvimento educacional (FREITAS, 2017).

Como discorre Borja e Martins (2014, p. 95):

Nos dias atuais, a escola, para cumprir seu papel, deve adaptar-se à diversidade dos alunos que a frequenta, uma vez que essa é a exigência imposta pela sociedade. Cada estudante é um indivíduo e a sua origem socioeconômica e cultural influencia a forma de ser e de estar. A escola precisa ser capaz de prevenir situações que levam à exclusão ou à segregação dos alunos, sobretudo dos que são provenientes de meios sociais problemáticos.

Porém, nota-se que os esforços desempenhados pela escola, na pessoa da direção, equipe pedagógica e professores para conseguir a frequência e aprovação dos alunos não asseguram a permanência deles na escola (CABRAL, 2016).



Os sujeitos que por um motivo ou outro abandonam ou evadem-se da escola farão parte de um grande contingente de cidadãos com má formação educacional, com dificuldades de assumir questões fundamentais de uma vida em sociedade tanto na esfera pessoal, profissional ou no que tange à cidadania (AURIGLIETTI & SCHMIDLINLÖHR, 2014).

O estado do Ceará vem ao longo dos últimos 20 anos conseguindo avanços significativos na educação pública, apostando na criatividade em relação às políticas educacionais (ROCHA et al. 2017). Em busca de solucionar o problema da evasão escolar, foi traçado estratégias de investimento, visando a melhoria da situação educacional do estado com: o aumento do número de escolas em tempo integral, parceria com as indústrias locais para o fornecimento de estágio remunerado aos alunos, campanhas para melhorar a infraestrutura das escolas, qualificação de professores e programas de incentivos aos gestores, professores e alunos (SHIRASU E ARRAES, 2016).

A Educação em tempo integral está voltada para a expansão da jornada escolar. Configura-se como ampliação do tempo diário do aluno na escola, onde esse tempo ampliado é ofertado diversas oportunidades educativas de aprendizagens, atrelando a nova organização curricular (ROCHA et al. 2017). Ou seja, com a implementação das escolas em tempo integral no Ceará, busca-se ampliar o processo educativo tendo em vista novas possibilidades (projetos, oficinas, experiências...) com a participação efetiva da comunidade escolar, bem como permitir aos sujeitos envolvidos na implementação da proposta de tempo integral nas escolares cearenses, a vivência de experiências metodológicas diferenciadas concomitantemente (SEDUC-CE, 2020).

Contudo, embora vista como uma iniciativa para diminuir o fenômeno da evasão escolar, a criação de escolas de ensino médio em tempo integral pode ser um dos fatores vistos como causas de possíveis abandonos pelos jovens de baixo rendimento familiar, pois muitos encontram-se obrigados a deixar a escola em busca de empregos para ajudar no sustento da família.

METODOLOGIA



O estudo foi realizado na Escola de Ensino Médio – EEMTI Wilson Gonçalves, localizada na região sul do Ceará na cidade do Crato-CE, aproximadamente 450 km da capital Fortaleza.

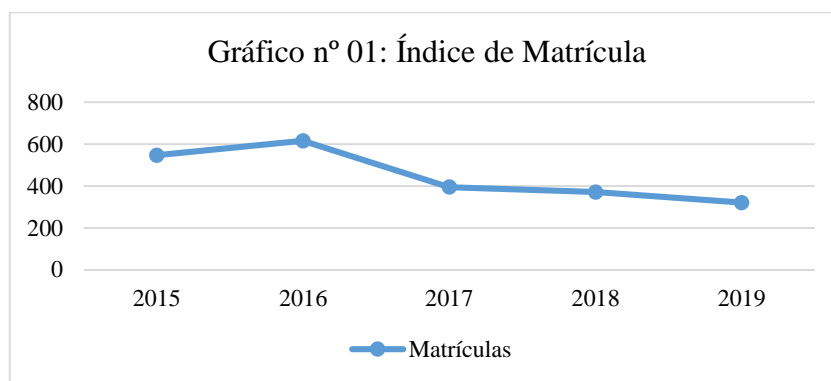
A pesquisa realizou-se em três etapas, nesse sentido, realizou-se na primeira etapa, um levantamento bibliográfico em plataformas como SciElo e Google acadêmico para uma melhor compreensão dos conceitos e análise da temática estudada, visando apropriar-se da problemática investigada.

Na segunda etapa, foi escolhido o método de estudo com base nas indicações de Biazus (2004) sobre os tipos de estudos relacionados a evasão escolar, onde optou-se por fazer uma relação quantitativa entre os alunos evadidos em comparação aos matriculados ao longo de 5 anos, entre os anos de 2015 à 2019, analisando também o rendimento no período estudado.

A terceira etapa, fez-se um levantamento de dados por meio do Sistema Integrado de Gestão Escolar (SIGE), com a ajuda da secretária escolar. Para a coleta dos dados, empregou-se a técnica de análise documental, técnica essa que se expressa através de buscas por registros estatísticos (PEREIRA et al. 2018). Depois de coletados, os dados foram analisados, através da abordagem quantitativa e que segundo Ramos (2013), este método científico busca resultados gerais e coletivos. Após coletados, os dados foram tabulados e realizou-se gráficos, os quais foram analisados qualitativamente e discutidos no decorrer dos resultados obtidos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

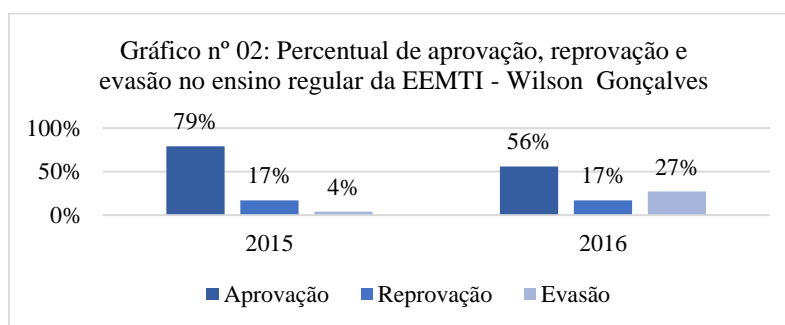
No desenvolvimento da pesquisa verificou-se a queda no número de matrículas a partir do ano de 2017 (Gráfico nº 01). Essa queda se dá devido às mudanças na modalidade de ensino da referida escola e a redução dos turnos na instituição de ensino básico. A partir do ano de 2017, a escola deixa de possuir o turno noturno para iniciar o processo de adaptação para uma nova modalidade de ensino: o ensino em tempo integral.



Fonte: Dados da pesquisa, 2020

Conforme Shirasu e Arraes (2016), a implantação das escolas de ensino médio em tempo integral surgem como uma estratégia contra o abandono e a evasão escolar, em um plano traçado pelo governo estadual do Ceará, através da Lei N° 16.287/2017 – Institui a Política de Ensino Médio em Tempo Integral no âmbito da Rede Estadual de Ensino do Ceará, através de uma implementação gradativa, ou seja, no primeiro ano de mudança cada escola converte apenas as primeiras séries, e gradativamente as séries vão sendo convertidas ao longo dos três anos.

Dessa forma, os gestores, professores, alunos e o ambiente escolar passam por momentos preparatórios e de adaptação a esta nova forma ensino básico. Nesse contexto observou-se que o número de matrículas na escola regular era maior que a de tempo integral, em função da redução de turnos, dificuldade de adaptação a permanência diária no ambiente escolar e as necessidade de disponibilizar de um tempo para trabalhar e contribuir com a renda familiar. Nesse contexto, verificou-se no ano de 2016 as maiores taxas de matrículas e de evasão escolar nos últimos 5 anos. Destacando o acentuado aumento na taxa de evasão que varia de 4% em 2015 para 27% em 2016 (Gráfico 02). Esses dados mostra um fluxo de entrada e saída do estudante do ensino básico na escola regular.

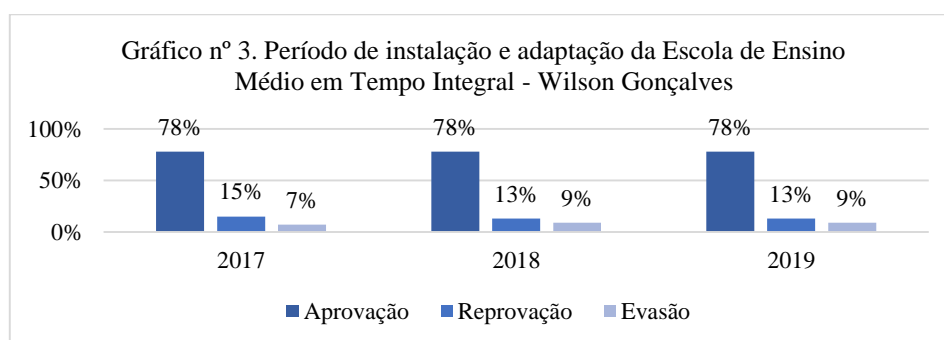


Fonte: Dados da pesquisa, 2020

Esse panorama está relacionado ao gerenciamento das políticas de educacionais como a valorização do trabalho do professor e as condições estruturais básicas como transporte escolar e as condições sócio econômicas dos estudantes. E na concepção dos gestores quando questionados sobre as possíveis causas para esse aumento na evasão, a gestão escolar diz que se remete ao processo de instalação e adaptação para o ensino em tempo integral. Como pode ser observado nas palavras do gestor da referida escola: *“questões de não adaptação, incompatibilidade com o ensino e em alguns casos, incompatibilidade com o horário, visto que, muitos alunos precisam trabalhar no contra turno para contribuir com a renda da família, então muitas vezes essa evasão é pressionada pelas condições sócio econômica da família”*

Ressalta-se ainda, de acordo com os gestores, que o ano de 2016 foi considerado um ano atípico em consequência de fatores como a greve da categoria de educadores e as dificuldades dos transportes escolares. Esse cenário mostra o retrato fiel da realidade das políticas educacionais interferindo diretamente no resultado do processo ensino-aprendizagem.

Com a diminuição dos alunos, os números de turmas foram também reduzidos, e a partir de então, percebe-se certa estabilidade no número de matrículas e também nas taxas de aprovação, reprovação e evasão (Gráfico 03):



Fonte: Dados da pesquisa, 2020

As taxas de rendimento (aprovação e reprovação) são calculadas com base nos resultados ao final do período letivo. Já as taxas de abandono e evasão escolar são calculadas após a data de referência do Censo, ou seja, taxa de evasão é igual ao número de matriculados que deixaram de frequentar, dividido pela soma de aprovados +



reprovados + número de matriculados que deixaram de frequentar, vezes 100 (BRASIL, 2015).

Para o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), essas informações representam que os índices vêm se mantendo estabilizados devido a melhor distribuição dos alunos em toda a Educação Básica, redução da distorção idade-série (BRASIL, 2017). Diante dos diversos contextos apresentados no decorrer da pesquisa em relação aos indicadores: “matrícula X aprovação X reprovação X evasão” concluiu-se que são vários os aspectos da política de educação básica a serem implementados como estruturação das escolas, políticas sócias de sustentabilidade familiar, transporte escolar com segurança, valorização do trabalho do educador. São condições básicas para permanência dos alunos no ambiente escolar e obtenha melhorias no processo de aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se que nos anos de 2015 e 2016, tiveram maiores números de matrículas em comparação com demais anos, entretanto é possível observar uma alta taxa de reprovação e de evasão escolar também nesse período. Isso se deve ao fato de que a escola Wilson Gonçalves funcionava os três turnos e com a implementação da escola em tempo integral de maneira gradativa no ano de 2017, passou a atender um público mais reduzido de alunos, tendo a redução de quase 50% das turmas.

Além de ser um ano com vários fatores que influenciaram diretamente para o resultado da alta taxa de evasão como a política de desvalorização do trabalho educacional provocando uma greve dos professores e também a negligência com a política de transporte escolar direito do aluno.

No entanto, verifica-se que nos últimos três anos, o número de matrículas se manteve constante, e os dados apontam para o aumento nas taxas de aprovação, causando a diminuição do índice de reprovação e de evasão escolar. Tais indícios mostram que os alunos se adaptaram bem a esta nova modalidade de ensino e que a estratégia do governo do estado tem surtido efeito.



Porém, para que mais jovens possam ingressar nessa modalidade de ensino e se manter nela, faz-se necessário que a escola busque despertar o interesse do aluno por esta modalidade, e identifique a situação social de cada um em busca de construir um ensino mais igualitário para uma sociedade com igualdade de oportunidades.

As políticas educacionais precisam ser construída de forma participativa levando em conta as vivências dos educadores e as relações das exclusões na perspectiva de minimizar as desigualdades sociais a partir de uma escola única para todos sem diferenciar ricos e pobres, negros, brancos e índios, mas, sim um lugar de conhecimento em que todos os saberes são respeitados.

Este estudo evidencia a necessidade de estudos mais aprofundados sobre o tema, como a investigação com o público evadido e com a comunidade escolar sobre as causas que levam os discentes a evasão, e dessa maneira propor ações que auxiliem os alunos a concluir os estudos de maneira satisfatória.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos especialmente à EEMTI Wilson Gonçalves pelo acolhimento, por todo o incentivo e pela disponibilidade dos dados.

Agradecemos também à CAPES pela concessão das bolsas PIBID (Programa Institucional de Iniciação à Docência), programa incrível e de extrema importância para a vivência dos futuros educadores nos ambientes de ensino.

Que possamos resistir e nos fortalecer diante das crises.

REFERÊNCIAS

AURIGLIETTI, R. C. R.; SCHMIDLINLÖHR, S.; Evasão e abandono escolar: causas, consequências e Alternativas – o combate a evasão escolar sob a perspectiva Dos alunos. 2014. **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE**. Volume I. ISBN 978-85-8015-080-3.

BIAZUS, Cleber Augusto. **Sistema de fatores que influenciam o aluno a evadir-se dos cursos de graduação na UFSM e na UFSC: um estudo no curso de Ciências Contábeis**. 190 f. 2003. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.



BORJA, I. M. F. S.; MARTINS, A. M. O. Evasão Escolar: desigualdade e exclusão social. **Revista Liberato**, Novo Hamburgo, v. 15, n. 23, p. 01-104, jan./jun. 2014.

BRASIL. (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília DF: Presidência da República

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília : MEC, 1996.

Brasil. (2015). **Taxa de rendimento escolar**. INEP. Disponível em:
<http://download.inep.gov.br/educacao_basica/educacenso/situacao_aluno/documentos/2015/taxas_rendimento_escolar.pdf> Acessado em: 22 set. 2020

Brasil. (2017). **Censo Escolar da Educação Básica 2016**. MEC. Disponível em:
<http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017/notas_estatisticas_censo_escolar_da_educacao_basica_2016.pdf> Acessado em: 22 set. 2020

Brasil. (2019). **Censo Escolar da Educação Básica 2018: notas estatísticas**. Brasília DF: INEP. Disponível em:
<http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2018/notas_estatisticas_censo_escolar_2018.pdf> Acessado em: 22 set. 2020

CABRAL, C. G. da L. **Evasão escolar: o que a escola tem a ver com isso?**, 2017.

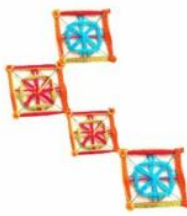
CASTELAR, P. U. de C.; MONTEIRO, V. B.; LAVOR, D. C. **Um estudo sobre as causas de abandono escolar nas escolas públicas de ensino médio no estado do Ceará**. Anais do VIII Encontro – Economia do Ceará em Debate, Fortaleza, 2012. Disponível em:
<http://www2.ipece.ce.gov.br/encontro/2012/UM_ESTUDO_SOBRE_CAUSAS_ABANDONO_NO_ESCOLAR_PUBLICAS_ENSINO_MEDIO_CEARA_2o_lugar.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2020.

COSTA, M.V.N.; MENESES, Z.M. Evasão Escolar: Causas e Repercussão Social. **Monografia do Curso de Especialização em Planejamento Educacional**. Fortaleza: UNIFOR, 1995.

FAVACHO, M. F. C; FECURY, A. A.; FREITAS, R. I. R.; DENDASCK, C. V.; ARAÚJO, M. H. M.; SOUZA, K. O.; SILVA, I. R.; MOREIRA, E. C. M.; MORAES, J. S.; OLIVEIRA, E.; DIAS, C. A. G. M. . Quantitativo de matrículas e taxa de abandono escolar no Ensino Médio do Estado do Amapá (2015-2017), Brasil. **Research, Society and Development**, v. 9, p. e715985964-13, 2020.

FREITAS, M. J. D. **Determinantes do Abandono Escolar nas Escolas de Ensino Médio Público do Estado do Ceará**, 2017.

INEP. (2019). **Sinopse Estatística da Educação Básica 2018**. INEP. Acessado em portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica. Acesso em 25 set. 2020.



LEI N.º 16.287, de 20 de julho de 2017. **Política de ensino médio em tempo integral no âmbito da rede estadual de ensino do Ceará.** Disponível em:
<https://bela.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/educacao/>.
Acesso em 25 set. 2020.

MONTEIRO, V. B.; ARRUDA, E. F. **O impacto da violência urbana nos indicadores de evasão escolar na Região Metropolitana de Fortaleza.** Anais do I Circuito de Debates acadêmicos, 2011. Disponível em:
<<http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area3/area3-artigo19.pdf>>.
Acesso: 29 ago 2020.

PEREIRA, A. S., SHITSUKA, D. M., PARREIRA, F. J., & SHITSUKA, R. (2018). **Metodologia da Pesquisa Científica.** [e-book]. Santa Maria. Ed. UAB/NTE/UFSM.

PEE - PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. Lei N.º 16.025/2016, de 30 de maio de 2016.

RAMOS, M. P. **Métodos quantitativos e pesquisa em ciências sociais: lógica e utilidade do uso da quantificação nas explicações dos fenômenos sociais.** MEDIAÇÕES, LONDRINA, V. 18 N. 1, P. 55-65, JAN./JUN. 2013. Disponível em:
<http://hdl.handle.net/10183/132102>. Disponível em 08 set. 2020.

ROCHA, J. A.; Amorin, R. F. ; Paula, P. V. B. ; LOPES SILVA, M.C. ; FERNADES, Edianne Dias . Escola regular em tempo integral: implementação na rede pública estadual cearense. **REVISTA MAGISTRO (UNIGRANRO)**, v. 2, p. 145-169, 2017.

SEDUC – CE. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO CEARÁ. Disponível em:
<<https://www.seduc.ce.gov.br/escola-em-tempo-integral/>> Acesso em 30 ago. 2020

SHIRASU, M. R.; ARRAES, R. de A. **Determinantes Da Evasão E Repetência Escolar.** In: Anais do XLIII Encontro Nacional de Economia. ANPEC - Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia, 2016.

SHIRASU, M. R.; ARRAES, R. de A. **Determinantes Da Evasão E Repetência Escolar.** In: Anais do XLIII Encontro Nacional de Economia. ANPEC - Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia, 2016.

SILVA FILHO, R. B. S. e. A., & ARAÚJO, R. M. d. L. (2017). Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências. **Educação Por Escri**, 8(1), 35-48.

SILVA, W. A. Evasão escolar no ensino médio no Brasil. **Educação em Foco**, ano 19, n. 29, p. 13-34, set./dez. 2016.

SOARES, T. M.; FERNANDES, N. da S.; NÓBREGA, M. C.; NICOLELLA, A. A. Fatores associados ao abandono escolar no ensino médio público de Minas Gerais. **Educação e Pesquisa**, v. 41, n. 3, p. 757-772, jul./set. 2015.